

DEFENSORIA PUBLICA DA UNIAO

Termo de Referência 221/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
221/2025	290002-DEFENSORIA PUBLICA DA UNIAO	ISADORA BATISTA ALVES	10/09/2025 16:16 (v 0.8)
Status			
PUBLICADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra		08038.007084/2025-53

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Trata-se da contratação dos serviços de fornecimento de água potável e tratamento de esgoto, para atender à demanda da Defensoria Pública da União em Brasília/DF, nos termos da tabela abaixo, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência e seus anexos.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CAT SER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE (ESTIMADO)	VALOR MENSAL (ESTIMADO)	VALOR ANUAL
1	Água potável e tratamento de esgoto	22845	m³	994	R\$ 20.000,00	R\$ 240.000,00

1.2. Em caso de divergência entre as descrições e especificações constantes do CAT SER, nota de empenho e do presente Termo de Referência, prevalece esta última.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto n.º 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.4.1. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, pois são facilmente identificáveis, padronizados e disponíveis no mercado, permitindo uma comparação direta entre as propostas.

1.5. Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.5.1. O fornecimento do objeto enquadra-se como serviço continuado, nos termos do art. 6º, inciso XV, da Lei n.º 14.133 /2021, por se tratar de contratação de fornecimento de água e tratamento de esgoto, essencial ao funcionamento ininterrupto da unidade. Embora não envolva alocação de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a prestação apresenta natureza contínua e periódica, uma vez que sua execução se prolonga no tempo e demanda vínculo contratual permanente para assegurar a regularidade e a estabilidade do serviço. Dessa forma, a essencialidade e a recorrência da execução justificam o enquadramento como serviço de natureza continuada.

1.6. Prazo de vigência

1.6.1. A vigência será por tempo indeterminado por se tratar de melhor condição de custos e condições mais vantajosas para a administração, desde que sejam comprovadas, a cada exercício financeiro, a estimativa de consumo e a existência de previsão de recursos orçamentários, consoante o Art. 109 da lei nº 14.133/2021 e a Orientação Normativa n.º 36 de 13 de dezembro de 2011, da Advocacia-Geral da União - AGU.

1.7. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

2.1. A Fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, Anexo deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme consta das informações contidas no Documento de Formalização da Demanda.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Sustentabilidade

4.1.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1.1. A concessionária deverá observar práticas de redução de perdas hídricas ao longo do sistema de captação, tratamento e distribuição de água potável, de modo a garantir maior eficiência no uso dos recursos naturais;

4.1.1.2. O fornecimento de água deverá atender aos parâmetros de potabilidade estabelecidos pela Portaria GM/MS n.º 888/2021, assegurando qualidade adequada para consumo humano e conformidade com a legislação ambiental e sanitária vigente;

4.1.1.3. O tratamento de esgoto deverá priorizar processos que minimizem impactos ambientais, com adoção de tecnologias que reduzam a carga poluidora lançada em corpos hídricos e promovam a melhoria da qualidade ambiental local;

4.1.1.4. Sempre que tecnicamente viável, a concessionária deverá empregar práticas de reuso da água tratada em seus processos internos, contribuindo para a conservação de recursos hídricos;

4.1.1.5. A prestação dos serviços deverá observar critérios de eficiência energética nas estações de tratamento de água e esgoto, mediante utilização de equipamentos e processos otimizados, com vistas à redução do consumo de energia elétrica.

4.1.1.6. A concessionária deverá promover iniciativas de conscientização ambiental junto à sociedade, por meio de campanhas educativas sobre uso racional da água, prevenção de desperdícios e preservação de mananciais.

4.2. Subcontratação

4.2.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.3. Garantia da Contratação

4.3.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei n.º 14.133, de 2021, pelas razões abaixo justificadas:

4.3.1.1. Não há complexidade e vultuosidade na presente contratação, não comprometendo o cumprimento das obrigações;

4.3.1.2. À onerosidade em torno da própria exigência de garantia, como regra, representa um valor que seria agregado às propostas dos licitantes, o que equivale dizer que os custos dessa exigência seriam repassados à própria Administração contratante. Portanto, essa exigência vai de encontro à economicidade da contratação.

4.4. Vistoria:

4.4.1. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. Condições para fornecimento do serviço

5.1.1. A execução dos serviços de fornecimento de água potável e tratamento de esgoto deverá iniciar-se a partir da assinatura do contrato e da efetiva transferência de titularidade da unidade consumidora para a Defensoria Pública da União, de modo a assegurar a continuidade do fornecimento sem interrupções.

5.1.1.1. O fornecimento deverá atender integralmente às condições técnicas e regulatórias aplicáveis, observando as normas estabelecidas pela Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico – ANA, bem como a legislação local e demais regulamentações pertinentes ao setor de saneamento.

5.1.1.2. A contratada será responsável por todas as providências necessárias à efetivação do fornecimento, incluindo a regularização cadastral da unidade consumidora, a emissão das faturas em nome da Defensoria Pública da União e a manutenção da continuidade dos serviços.

5.1.1.3. Eventuais falhas ou interrupções indevidas no fornecimento de água ou no tratamento de esgoto, imputáveis à contratada, deverão ser sanadas imediatamente, sem ônus para a Administração, observados os prazos e padrões de qualidade estabelecidos pela regulação aplicável.

5.1.1.4. O faturamento ocorrerá de forma periódica, conforme leitura de consumo, devendo as faturas ser encaminhadas de forma clara e detalhada, com a devida identificação da unidade consumidora, valores cobrados, tributos incidentes e demais informações previstas na regulação setorial.

5.1.1.5. O recebimento se dará em duas etapas:

5.1.1.5.1. Recebimento provisório, a partir da efetiva ligação e início da prestação do serviço, com a emissão da primeira fatura em nome da Defensoria Pública da União.

5.1.1.5.2. Recebimento definitivo, após a verificação da regularidade da titularidade da unidade consumidora, da conformidade do fornecimento e do adequado registro contratual junto à concessionária local de saneamento.

5.2. Local e Horário da Prestação dos Serviços

5.2.1. Local de execução: Unidade da Defensoria Pública da União em Brasília/DF, situado no Setor Bancário Sul, Lote 14, Bloco H, CEP: 70.070-120, Edifício Cleto Meireles.

5.2.2. Horário de prestação: serviço de fornecimento ininterrupto, 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, de forma contínua e regular, ressalvadas as interrupções previamente programadas e justificadas pela concessionária, conforme normas do setor de saneamento.

5.3. Rotinas a Serem Cumpridas

5.3.1. A execução contratual observará as seguintes rotinas:

5.3.1.1. A contratada deverá proceder à transferência da titularidade da unidade consumidora para a Defensoria Pública da União imediatamente após a assinatura do contrato, assegurando a regularização cadastral junto à concessionária de saneamento.

5.3.1.2. A contratada deverá disponibilizar canais formais de comunicação para atendimento de demandas, reclamações e emergências, assegurando resposta tempestiva.

5.3.1.3. A contratada deverá observar integralmente os indicadores de qualidade e continuidade do fornecimento definidos pela legislação e regulação de saneamento, incluindo parâmetros de potabilidade da água e de eficiência no tratamento de esgoto.

5.3.1.4. Em caso de interrupções programadas, a contratada deverá comunicar previamente à unidade consumidora, com antecedência mínima prevista na regulação aplicável.

5.3.1.5. A contratada deverá disponibilizar relatórios periódicos de consumo, histórico de faturamento e demais informações relevantes à gestão do contrato, quando solicitado pela contratante.

5.4. Materiais a Serem Disponibilizados pela Contratada

5.4.1. A contratada deverá disponibilizar, às suas expensas, toda a infraestrutura, mão de obra, equipamentos, sistemas e insumos necessários para a adequada prestação dos serviços de fornecimento de água potável e tratamento de esgoto, inclusive para atendimento emergencial e manutenção de conformidade regulatória.

5.5. Especificação da garantia do material

5.5.1. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

5.6. Procedimentos de transição e finalização do contrato/instrumento equivalente

5.6.1. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela contratada, de acordo com as cláusulas deste Termo de Referência.

6.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização da execução do objeto, por servidor especialmente designado.

6.3. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços e materiais recebidos provisoriamente com as especificações constantes deste Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.

6.4. Notificar a contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da entrega do objeto, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas.

6.5. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as especificações assumidas pela contratada.

6.6. Pagar à contratada o valor resultante da prestação do serviço.

6.7. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, conforme o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

6.8. Proporcionar todas as facilidades, bem como informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados, para que a contratada possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

6.9. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais.

6.10. Aplicar as penalidades previstas na lei e no Termo de Referência para o caso de não cumprimento de cláusulas contratuais ou aceitar as justificativas apresentadas pela Contratada, desde que sejam plausíveis.

6.11. A contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução deste Termo de Referência, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus a contratante;

7.2. Prestar todos os serviços necessários dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos no em contrato de adesão e em consonância com as orientações da Agência Reguladora. A prestação dos serviços deve ocorrer de forma regular, segura, eficiente, adequada à saúde pública e à proteção do meio ambiente, com a observância às normas e legislações pertinentes.

7.3. Cumprir fielmente o presente contrato, de modo que o(s) serviço(s) de fornecimento de energia elétrica sejam executados no prazo e nas condições previstas, ressaltando-se os casos fortuitos e de força maior, devidamente justificados e comprovados.

7.4. Disponibilizar serviços telefônicos, virtual e correio eletrônico, para atendimento de informações, reclamações e de serviços.

7.5. Disponibilizar nas faturas emitidas, elementos que permitam a conferência pelo dos cálculos dos valores nela consignados.

7.6. Executar o objeto deste contrato de forma contínua, não sendo admitida sua interrupção sem justa causa e prévia comunicação ao contratante.

7.7. Preservar o sigilo das informações contidas nos documentos em questão.

7.8. Observar a Lei n.º 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) no que couber e comunicar, imediatamente, à contratante qualquer incidente de acesso não autorizado aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado, ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da LGPD.

7.9. Não transferir, subcontratar ou ceder, total ou parcialmente, a qualquer título, os direitos e obrigações decorrentes da adjudicação do objeto.

7.10. Utilizar de mão de obra especializada para a melhor execução do objeto.

7.11. Selecionar e preparar os empregados que irão trabalhar nas instalações da contratante, designando elementos; identificando-os através de crachás, com fotografia recente e provido de Equipamento de Proteção Individual – EPI.

8. MODELO DE GESTÃO

8.1. O contrato ou instrumento equivalente deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei n.º 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, ou instrumento equivalente, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

8.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

8.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

8.5. Fiscalização

8.5.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato ou instrumento equivalente, ou pelos respectivos substitutos.

8.6. Fiscalização Técnica

8.6.1. O fiscal técnico do contrato ou instrumento equivalente acompanhará a execução do contrato, para serem cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

8.6.2. O fiscal técnico do contrato ou instrumento equivalente anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

8.6.3. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato ou instrumento equivalente emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

8.6.4. O fiscal técnico do contrato ou instrumento equivalente informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para adotar as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

8.6.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do objeto nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato ou instrumento equivalente comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

8.6.6. O fiscal técnico do contrato ou instrumento equivalente comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

8.7. Fiscalização Administrativa

8.7.1. O fiscal administrativo do contrato ou instrumento equivalente verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

8.7.2. Caso ocorra descumprimento das obrigações da contratação, o fiscal administrativo do contrato ou instrumento equivalente atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato ou instrumento equivalente para tomar as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

8.7.3. A fiscalização administrativa, poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato ou instrumento equivalente todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado;

8.7.4. O(s) representante(s) deverá(ão) promover registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§1º e 2º do artigo 117 da Lei n.º 14.133, de 2021;

8.7.5. A fiscalização técnica e administrativa não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da contratante ou de seus agentes e prepostos, conforme previsto no artigo 120 da Lei n.º 14.133, de 2021;

8.7.6. As decisões e providências que ultrapassarem a competência da fiscalização técnica e administrativa serão encaminhadas à autoridade competente da contratante para adoção das medidas convenientes, consoante disposto no §2º, do artigo 117, da Lei n.º 14.133/2021.

8.8. A fiscalização Administrativa deverá providenciar antes do pagamento da fatura:

8.8.1. Deve ser consultada a situação da contratada junto ao SICAF;

8.8.2. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF;

8.8.3. Deverá ser exigida, quando couber, comprovação de que a contratada mantém reserva de cargos para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, conforme disposto no art. 63, inciso IV da Lei n.º 14.133, de 2021;

8.9. As disposições previstas neste item não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP n.º 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

8.10. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela contratada, incluindo o descumprimento das obrigações trabalhistas, não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias ou para com o FGTS ou a não manutenção das condições de habilitação, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no instrumento convocatório e na legislação vigente, podendo culminar em extinção contratual, por ato unilateral e escrito da contratante, conforme disposto nos artigos 115 da Lei n.º 14.133, de 2021.

8.11. Gestor do Contrato

8.11.1. Cabe ao gestor do contrato ou instrumento equivalente:

8.11.1.1. Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

8.11.1.2. Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

8.11.1.3. Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

8.11.1.4. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

8.11.1.5. Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente, ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

8.11.1.6. Elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

8.11.1.7. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

9. CRITÉRIO DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

9.1. Recebimento

9.1.1. O objeto será recebido provisoriamente, de forma sumária, a partir da efetiva ligação e início da prestação do serviço, com a emissão da primeira fatura em nome da Defensoria Pública da União, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

9.1.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.1.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

9.1.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei n.º 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 5 (cinco) dias úteis.

9.1.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

9.1.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei n.º 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

9.1.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

9.1.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

9.1.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

9.2. Liquidação

9.2.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES /ME n.º 77/2022.

9.2.2. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei n.º 14.133, de 2021.

9.2.3. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

9.2.3.1. O prazo de validade;

9.2.3.2. A data da emissão;

9.2.3.3. Os dados do contrato e do órgão contratante;

9.2.3.4. O período respectivo de execução do contrato;

9.2.3.5. O valor a pagar; e

9.2. 3.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

9.2.4. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

9.2.5. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei n.º 14.133, de 2021.

9.2.6. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

9.2.6.1. Verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

9.2.6.2. Identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

9.2.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

9.2.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

9.2.9. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

9.2.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

9.3. Prazo de pagamento

9.3.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME n.º 77, de 2022.

9.3.2. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice de Preços ao Consumidor (IPCA) de correção monetária.

9.4. Forma de pagamento

9.4.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta-corrente indicados pelo Contratado.

9.4.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.4.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

9.4.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

9.4.5. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar n.º 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

9.5. Cessão de Crédito

9.5.1. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

9.5.1.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

9.5.1.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei n.º 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

9.5.1.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

9.5.1.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

9.5.2. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI n.º 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

10. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Comete infração administrativa, o fornecedor que praticar quaisquer das hipóteses previstas no artigo 155 da Lei n.º 14.133 de 2021 quais sejam:

10.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

10.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à contratante, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

10.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

10.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para a contratação;

10.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

10.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

10.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a contratação ou prestar declaração falsa durante a contratação ou a execução do contrato;

10.1.9. Fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

10.1.10. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;

10.1.11. Praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

10.1.12. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

10.1.12.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

10.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas mencionadas nos subitens anteriores ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal às sanções de:

10.2.1. Advertência pela falta do subitem 10.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

10.2.2 Multa:

10.2.2.1. Será calculada na forma do Termo de Referência ou do Contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no artigo 155 da Lei 14.133 /2021;

10.2.2.2. Compensatória no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total de sua proposta a empresa participante da contratação que tenha conduta ilícita na contratação, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas neste instrumento convocatório;

10.2.2.3. Compensatória no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do Contrato, pela recusa em assiná-lo no prazo máximo determinado pela contratante, após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas neste instrumento convocatório;

10.2.2.4. Compensatória no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do Contrato, pela inexecução total do objeto contratado, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados à contratante;

10.2.2.5. Moratória no percentual correspondente a 0,10% (dez centésimos por cento), calculada sobre o valor total do Contrato, por dia de inadimplência, até o limite máximo de 2% (dois por cento), ou seja, por 20 (vinte) dias, o que poderá ensejar a extinção do Contrato;

10.2.2.6. Moratória no percentual de 2% (dois por cento), calculada sobre o valor total contratado, pela inadimplência além do prazo acima;

10.2.2.7. Moratória no percentual de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do Termo de Contrato por dia de atraso, pela inobservância do prazo fixado para a apresentação da garantia, até o limite máximo de 2% (dois por cento), o que poderá ensejar a extinção do Contrato.

10.2.3. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 10.1.2 a 10.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

10.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 10.1.8 a 10.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave.

10.3. As sanções previstas nos subitens 10.2.1, 10.2.2 e 10.2.3, poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no subitem 9.2.4, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 15 (quinze) dias úteis.

10.4. Além da multa prevista no subitem 10.2.2 pelo descumprimento obrigações contratuais a contratante aplicará multas conforme a graduação estabelecida nas tabelas seguintes:

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
01	0,5% sobre o valor do contrato
02	0,6% sobre o valor do contrato
03	0,8% sobre o valor do contrato
04	1,6% sobre o valor do contrato
05	3,2% sobre o valor do contrato
06	4,0% sobre o valor do contrato

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
01	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência.	06
02	Recusar-se a entregar o objeto determinado pela fiscalização.	02
Para os itens a seguir, deixar de		
03	Zelar pelas instalações da DPU utilizadas, por item e por dia.	03
04	Cumprir determinação formal ou instrução do fiscalizador, por ocorrência.	02
05	Cumprir quaisquer dos itens deste Aviso de Contratação e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, por item e por ocorrência.	01
06	Cumprir quaisquer dos itens deste Aviso de Contratação e seus Anexos, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência.	02

10.5. Comete falta grave, podendo ensejar a extinção unilateral da avença, sem prejuízo da aplicação de sanção pecuniária e do impedimento para licitar e contratar com a União, nos termos do art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021, aquele que:

10.5.1. Não promover o recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS exigíveis até o momento da apresentação da fatura, após o prazo de 15 (quinze) dias da solicitação da contratante.

10.6. O valor da multa poderá ser descontado da Nota Fiscal/Fatura, da garantia, ou do crédito existente na contratante em relação à contratada. Caso o valor da multa seja superior ao do crédito existente, a diferença será cobrada na forma da lei.

10.7. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a contratada pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela contratante ou, se for o caso, cobrada judicialmente, na forma da lei.

10.8. A multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela contratante.

10.9. A sanção estabelecida no subitem 10.2.4 é de competência exclusiva do Defensor Público-Geral Federal, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 15 (quinze) dias úteis contado da data de intimação, nos termos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021, podendo a reabilitação ser requerida após transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 03 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade, com base no artigo 163 da referida lei.

10.10. Decorridos 30 (trinta) dias sem que a contratada tenha iniciado a prestação da obrigação assumida, estará caracterizada a inexecução contratual, ensejando a sua extinção.

10.11. Também ficam sujeitas às penalidades previstas no artigo 156, III e IV da Lei nº 14.133/2021, a contratada que:

10.11.1. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

10.11.2. Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da contratação;

10.11.3. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração Pública em virtude de atos ilícitos praticados.

10.12. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

10.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF e, no caso de declaração de inidoneidade, a contratada será descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas em contrato e demais cominações legais.

10.14. Em qualquer hipótese de aplicação de sanções, será realizada por meio de processo administrativo e assegurado a contratada o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto no artigo 158, da Lei n.º 14.133/2021 e, subsidiariamente, na Lei n.º 9.784, de 1999.

10.15. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à contratante, com base no artigo 156, §9º da Lei 14.133/2021.

10.16. Todas as sanções previstas neste Aviso poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa previsto no artigo 156, §7º da Lei 14.133/2021.

10.17. Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação com fulcro no artigo 157 da Lei 14.133/2021.

10.18. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo contratante ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente com previsão no artigo 156, §8º da Lei 14.133/2021.

10.19. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.20. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do artigo 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.21. Na aplicação das sanções serão considerados o disposto no artigo 156, §1º da Lei 14.133/2021:

10.21.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

10.21.2. As peculiaridades do caso concreto;

10.21.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

10.21.4. Os danos que dela provierem para o contratante;

10.21.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.22. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos no artigo 159 na referida Lei.

10.23. A personalidade jurídica do contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos no Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia no artigo 160 da Lei 14.133/2021.

10.24. O contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal, conforme artigo 160 da Lei 14.133/2021.

10.25. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

11. FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

11.1. Forma de seleção

11.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento da inexigibilidade, com fundamento na hipótese do art. 74, inciso I da Lei n.º 14.133, de 2021.

11.2. Forma de fornecimento

11.2.1. O fornecimento do objeto será continuado.

11.3. Exigências de habilitação

11.3.1. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

11.3.1.1. Habilitação jurídica

11.3.1.1.1. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

11.3.1.1.2. **Empresário o individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

11.3.1.3. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

11.3.1.4. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

11.3.1.5. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

11.3.1.6. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

11.3.1.7. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

11.3.1.8. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

11.3.1.9. Ato de autorização para o exercício da atividade, vigente, para produção de material balístico pelo órgão competente do país de origem.

11.3.1.10. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

11.3.1.2. **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

11.3.1.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

11.3.1.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

11.3.1.2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

11.3.1.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

11.3.1.2.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

11.3.1.2.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

11.3.1.2.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

11.3.1.2.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

11.3.1.3. Qualificação Econômico-Financeira

11.3.1.3.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

11.3.1.3.2. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

11.3.1.3.3. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

LG =	Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante
SG =	Ativo Total
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =	Ativo Circulante
	Passivo Circulante

11.3.1.3.4. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% do valor anual da contratação.

11.3.1.3.5. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

11.3.1.3.6. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

11.3.1.3.7. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

11.3.1.4. Qualificação Técnica

11.3.1.4.1. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente, em plena validade;

11.3.1.4.1.1. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato ou do aceite de instrumento equivalente, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

11.3.1.4.2. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

11.3.1.4.3. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

11.3.1.4.3.1. Os atestados deverão referir-se aos bens prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

11.3.1.4.3.4. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo exigido, a apresentação e o somatório de diferentes atestados relativos a contratos executados de forma concomitante.

11.3.1.4.3.5. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

11.3.1.4.3.6. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

11.3.1.5. Disposições gerais sobre habilitação

11.3.1.5.1. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

11.3.1.5.2. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

11.3.1.5.3. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

11.3.1.5.4. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

11.3.1.5.5. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CREF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

12. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

12.1. O custo mensal estimado para a contratação é de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), conforme os custos unitários apresentados. A projeção do custo anual total é de R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais), conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1 acima.

12.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre Contratante e Contratado, conforme especificado na matriz de risco.

13. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

13.1.1. Ação: 2725

13.1.2. PTRES: 173365

13.1.3. Fonte: 1000

13.1.4. Natureza da Despesa: 339039

13.1.5. Plano Interno: F2725AGU039

13.1.6. UGR: 290509

13.2. As despesas do (s) exercício (s) subsequente (s) correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

14. DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Os casos omissos relacionados a este documento regular-se-ão pelos preceitos do Direito Público, aplicando-se lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições do Direito Privado, na forma dos artigos 89 e 92, da Lei nº 14.133 de 2021.

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

VANESSA MARCAL VAUCHER

Secretária de Planejamento, Logística e Contratos



Assinou eletronicamente em 10/09/2025 às 16:15:47.

DEFENSORIA PUBLICA DA UNIAO

Estudo Técnico Preliminar 108/2025**1. Informações Básicas**

Número do processo: 08038.007084/2025-53

2. Descrição da necessidade**SERVIÇOS DE ÁGUA POTÁVEL E TRATAMENTO DE ESGOTO**

2.1. Trata-se de contratação de serviços de fornecimento de água potável e de tratamento de esgoto, indispensáveis ao pleno funcionamento da unidade da Defensoria Pública da União em Brasília/DF. O objeto em análise refere-se à continuidade do abastecimento de água, bem como à coleta e tratamento dos efluentes sanitários gerados, constituindo insumos essenciais e ininterruptos para o exercício das atividades institucionais.

2.2. Cumpre destacar que os serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário configuram serviços públicos essenciais, regulamentados pela Lei n.º 11.445/2007 (Marco Legal do Saneamento Básico) e prestados em regime de monopólio por concessionárias de serviço público, sob a fiscalização e regulação do poder público local. Dessa forma, inexistente a possibilidade de competição no mercado, uma vez que apenas a concessionária designada detém a competência legal para a execução dos referidos serviços na localidade.

2.3. No caso da unidade da Defensoria Pública da União em Brasília/DF, a prestação do serviço de abastecimento de água potável e tratamento de esgoto é de titularidade da Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – CAESB, concessionária responsável pela exploração do sistema de saneamento básico no âmbito do Distrito Federal, nos termos da legislação específica. Assim, a contratação direta revela-se medida necessária e obrigatória para viabilizar o funcionamento regular da instituição.

2.4. A inexigibilidade de licitação, nesse contexto, encontra amparo no art. 74, inciso I, da Lei n.º 14.133/2021, que dispõe sobre a inviabilidade de competição em razão da exclusividade do objeto, situação plenamente aplicável aos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário. O enquadramento legal, portanto, demonstra-se inequívoco, uma vez que a contratação somente pode ser realizada junto à concessionária detentora da delegação pública.

2.5. Ademais, ressalta-se que a continuidade do fornecimento de água e do tratamento de esgoto é indispensável à salubridade, à higiene e às condições mínimas de funcionamento da unidade administrativa. Interrupções no fornecimento ou a ausência da contratação poderiam comprometer o atendimento ao público e a adequada prestação dos serviços institucionais, configurando risco direto à saúde e à dignidade dos usuários e servidores da Defensoria Pública da União.

2.6. Diante do exposto, a contratação dos serviços de fornecimento de água potável e tratamento de esgoto junto à Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – CAESB, por inexigibilidade de licitação, mostra-se medida juridicamente adequada, tecnicamente necessária e administrativamente vantajosa, assegurando a regularidade das atividades institucionais da Defensoria Pública da União em Brasília/DF.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Coordenação de Administração	José Araújo Lacerda

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. Considerando tratar-se de contrato por adesão, os termos e condições para a prestação dos serviços de abastecimento de água potável e coleta/tratamento de esgoto serão estabelecidos pela Contratada, a Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal (CAESB), CNPJ n.º 00.082.024/0001-37, com base nas regulamentações aplicáveis e nos padrões técnicos definidos pela Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal (ADASA).

4.2. O fornecimento de água e a prestação dos serviços de esgotamento sanitário ocorrerão conforme as condições estipuladas no contrato de adesão, observando rigorosamente as normas sanitárias, ambientais e regulatórias vigentes, sem prejuízo dos direitos previstos para consumidores na categoria pública.

4.3. A concessionária será responsável por garantir o abastecimento contínuo e adequado de água potável, consoante os padrões de potabilidade estabelecidos pelo Ministério da Saúde, bem como pela coleta, transporte e tratamento do esgoto sanitário gerado pela unidade da Defensoria Pública da União em Brasília/DF, localizada no Setor Bancário Sul, Lote 14, Bloco H, CEP: 70.070-120.

4.4. As tarifas aplicáveis ao fornecimento de água e esgoto serão cobradas conforme os critérios estabelecidos para a categoria pública e nos valores fixados ou aprovados pela ADASA, garantindo transparência, legalidade e previsibilidade nos custos operacionais.

4.5. A medição do consumo de água será realizada por meio de hidrômetros devidamente instalados e mantidos pela concessionária, os quais serão utilizados para registrar o consumo mensal e processar o faturamento. As faturas indicarão claramente os valores de abastecimento e esgotamento, bem como a data de vencimento para pagamento.

4.6. As faturas estarão sujeitas a reajustes ou alterações tarifárias decorrentes de mudanças na política tarifária adotada pela concessionária, desde que devidamente justificadas e aprovadas pela ADASA. A concessionária deverá informar previamente a unidade contratante sobre qualquer mudança relevante que impacte os custos do fornecimento.

5. Levantamento de Mercado

5.1. A Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – CAESB, inscrita no CNPJ sob o n.º 00.082.024/0001-37, é a única concessionária habilitada para o fornecimento de água potável e a prestação dos serviços de tratamento de esgoto no Distrito Federal, operando em regime de monopólio regulamentado pela Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal (ADASA). Dessa forma, por se tratar de fornecedor exclusivo, não se aplica a realização de levantamento de mercado tradicional para análise de concorrência.

5.2. A presente contratação destina-se a atender as necessidades da Unidade da Defensoria Pública da União em Brasília/DF, instalada em imóvel localizado no Setor Bancário Sul, Lote 14, Bloco H, CEP: 70.070-120. A continuidade do fornecimento de água potável e do tratamento de esgoto é essencial para garantir condições adequadas de funcionamento das dependências da unidade, preservando a saúde e a segurança de servidores, colaboradores e usuários dos serviços da DPU.

5.3. Para a estimativa dos gastos com os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, foram consideradas as informações encaminhadas pela Coordenação de Administração (CAD), que projeta valor mensal aproximado de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), tendo em vista que o novo imóvel dispõe de 22 pavimentos, 156 banheiros e 20 copas, em contraste com o atual, que possui 84 banheiros e 12 copas. Tal estimativa se justifica diante dos dados do imóvel atualmente ocupado, cuja fatura de agosto do corrente ano foi de R\$ 11.436,17 (onze mil, quatrocentos e trinta e seis reais e dezessete centavos), e a média dos últimos doze meses correspondeu a R\$ 10.289,25 (dez mil, duzentos e oitenta e nove reais e vinte e cinco centavos), conforme documento SEI n.º 8332010, o que indica um consumo médio mensal de 994 m³ de água, parâmetro que evidencia a necessidade de previsão orçamentária compatível com a maior dimensão e infraestrutura do novo imóvel.

5.4. Considerando a média mensal apurada, o valor anual estimado para o fornecimento de água potável e serviços de esgoto é de R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais). Para este cálculo, multiplicou-se o valor médio mensal por 12 (doze) meses, conforme metodologia aplicada em estimativas de contratos contínuos.

5.5. As tarifas de água e esgoto aplicadas pela CAESB estão disponíveis em seu site oficial (<https://www.caesb.df.gov.br/tarifas>), sendo fixadas ou aprovadas pela ADASA, o que assegura transparência e previsibilidade na estrutura de custos. Os valores praticados incluem encargos e tributos incidentes, conforme a legislação vigente.

5.6. Em razão da natureza monopolista do fornecimento de água e serviços de esgoto no Distrito Federal e da inviabilidade de competição, nos termos do art. 74, inciso I, da Lei n.º 14.133/2021, o levantamento de mercado conclui pela contratação direta da CAESB para o fornecimento contínuo dos serviços à unidade da DPU em Brasília/DF. A estimativa de custos apresentada observa critérios de economicidade e eficiência na aplicação dos recursos públicos.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. A solução proposta consiste na contratação do serviço contínuo de fornecimento de água potável e tratamento de esgoto para a unidade da Defensoria Pública da União localizada em Brasília/DF. A prestação será realizada pela Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal (CAESB), inscrita no CNPJ n.º 00.082.024/0001-37, única concessionária legalmente autorizada a executar tais serviços na região, caracterizando a inviabilidade de competição, conforme disposto no art. 74, inciso I, da Lei n.º 14.133/2021.

6.2. O objeto da contratação compreende o fornecimento ininterrupto de água potável, segundo os padrões de potabilidade estabelecidos pela legislação vigente, além da coleta e do devido tratamento de esgoto sanitário. Essa solução garante o atendimento às necessidades básicas da unidade, promovendo condições adequadas de salubridade, segurança e bem-estar para servidores, colaboradores e usuários dos serviços da instituição.

6.3. A execução dos serviços envolverá o monitoramento do consumo, por meio de sistemas de medição individualizados, assegurando precisão no controle dos volumes utilizados e eficiência no gerenciamento dos recursos públicos. A CAESB será responsável pela manutenção dos sistemas de abastecimento e esgotamento, realizando correções em caso de falhas, obstruções ou interrupções, conforme normas técnicas aplicáveis e padrões ambientais.

6.4. A contratação terá vigência por prazo indeterminado, considerando a natureza essencial e contínua dos serviços, bem como a necessidade de garantir a regularidade operacional da unidade da Defensoria Pública da União. Sua continuidade estará condicionada à disponibilidade orçamentária e à comprovação anual da estimativa de consumo, em consonância com o disposto no art. 109 da Lei n.º 14.133/2021 e orientações normativas pertinentes.

6.5. Por fim, os serviços contratados estarão sujeitos às tarifas e condições comerciais regulamentadas pelos órgãos competentes, assegurando transparência e previsibilidade nos custos. Caberá à CAESB comunicar previamente quaisquer alterações nas condições tarifárias ou regulatórias, para permitir o alinhamento às diretrizes administrativas e à adequada programação orçamentária da unidade contratante.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. Considerando que o imóvel de destino encontra-se desocupado há, pelo menos, dois anos, sem faturas que reflitam o consumo real da instituição, adota-se, para a estimativa de consumo, o método paramétrico baseado no gasto mensal projetado de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) e na tarifa aplicável a órgãos públicos para volumes superiores a 40 m³, informada em R\$ 20,12 por m³.

7.2. À luz desses parâmetros, o consumo médio mensal estimado é calculado pela razão entre o valor projetado e a tarifa unitária, resultando em aproximadamente 994 m³/mês ($R\$ 20.000,00 \div R\$ 20,12 = 994,04 \text{ m}^3$).

7.3. Para fins de dimensionamento contratual, projeta-se o consumo anual estimado de água em 11.928 m³/ano ($994 \text{ m}^3 \times 12 \text{ meses}$), admitindo-se variação em função da dinâmica de ocupação, do regime de trabalho e de eventuais sazonalidades. Para efeitos de reserva de quantidade, recomenda-se a adoção de margem de variação de $\pm 15\%$, fixando-se a faixa de planejamento entre 10.139 m³/ano e 13.717 m³/ano.

7.4. Considerando que, via de regra, a cobrança de esgotamento sanitário toma por base o volume de água consumido, estimam-se, para fins contratuais, quantidades equivalentes para o serviço de coleta e tratamento de esgoto: 11.928 m³/ano (com a mesma faixa de variação de $\pm 15\%$), salvo disposição regulatória diversa a ser observada na execução contratual.

7.5. Para registro metodológico e controle, anota-se que a média histórica do imóvel atualmente ocupado (481 m³/mês, equivalente a 5.772 m³/ano) foi utilizada apenas como referência comparativa, não servindo como parâmetro de contratação para o novo edifício, cujas dimensões e infraestrutura — 22 pavimentos, 156 banheiros e 20 copas — indicam consumo substancialmente superior ao cenário anterior.

7.6. Assim, para a elaboração do termo de referência e da minuta contratual, propõe-se fixar, como quantidades estimadas, 11.928 m³/ano de água e 11.928 m³/ano de esgoto, ambos com faixa de ajuste de $\pm 15\%$, mantendo-se a possibilidade de reequilíbrio e de adequação das quantidades na execução, conforme medições mensais e notas fiscais.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 240.000,00

8.1. Para a definição do valor estimado da contratação, adotou-se como parâmetro o consumo mensal projetado para o novo imóvel da Defensoria Pública da União em Brasília. Considerando as dimensões e características da edificação, com 22 pavimentos, 156 banheiros e 20 copas, a Coordenação de Administração (CAD) estimou que o custo mensal com abastecimento de água e esgotamento sanitário será de aproximadamente R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

8.2. Com base na tarifa vigente da Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal (CAESB), aplicável a órgãos públicos com consumo superior a 40 m³, fixada em R\$ 20,12 por m³, chega-se a um consumo médio mensal estimado de 995 m³ ($R\$ 20.000,00 \div R\$ 20,12$).

8.3. Projetando-se esse quantitativo para o período de 12 (doze) meses, obtém-se um consumo estimado anual de 11.940 m³, o que corresponde a uma despesa total anual de R\$ 240.000,00 (onze mil, novecentos e quarenta m³ $\times$ R\$ 20,12).

8.4. Tal estimativa reflete um consumo compatível com a infraestrutura do novo edifício, considerando a ampliação significativa em relação ao imóvel atualmente ocupado e a necessidade de garantir a continuidade dos serviços essenciais de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. Não se aplica ao objeto desta contratação, haja vista que a prestação dos serviços em questão é exclusividade da concessionária de água/tratamento de esgoto de Brasília/DF, em regime de monopólio.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Faz-se necessário a presente contratação para viabilizar os pagamentos referentes às faturas de fornecimento de água /tratamento de esgoto. Assim, atualmente, não há contrato firmado entre a Defensoria Pública da União em Brasília/DF e a Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – CAESB, para prestação dos serviços em comento para o imóvel localizado no Setor Bancário Sul, Lote 14, Bloco H, CEP: 70.070-120.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme consta das informações contidas no Documento de Formalização da Demanda.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. Com a contratação do objeto do presente Estudo Técnico Preliminar, pretende-se alcançar os seguintes benefícios:

12.1.1. Garantia da prestação ininterrupta dos serviços de fornecimento de água potável e coleta/tratamento de esgoto, indispensáveis para o funcionamento pleno da DPU em Brasília/DF.

12.1.2. Adequação às disposições do artigo 5º da Portaria SEGES/MGI n.º 1.769/2023, que determina a formalização de novos contratos para serviços essenciais.

12.1.3. Contribuição direta para a saúde pública e a segurança sanitária, evitando impactos negativos ao ambiente de trabalho e ao público atendido.

12.1.4. A formalização do contrato possibilita maior clareza e controle sobre os pagamentos, com base nas faturas emitidas pela concessionária, conforme tarifas regulamentadas.

12.1.5. Viabilização das atividades institucionais da DPU, que dependem de condições adequadas de infraestrutura para atender aos cidadãos.

12.1.6. Respeito ao regime de exclusividade da concessionária CAESB, garantindo conformidade com as normas reguladoras do setor de saneamento básico.

12.1.7. Mitigação de riscos de questionamentos legais ou administrativos relacionados à prestação de serviços essenciais sem contrato formalizado.

12.1.8. Garantia de serviços eficientes e sustentáveis, promovendo o uso responsável dos recursos hídricos e saneamento adequado na unidade.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. Não há nenhuma previsão/necessidade de adaptação direta ao ambiente físico para início das atividades nesta tipologia de serviços.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. A empresa a ser contratada deve obedecer no que for possível as disposições acerca dos critérios de sustentabilidade ambiental, registradas na Instrução Normativa SLTI/MPOG n.º 01, de 19 de janeiro de 2010, no seu art. 5º.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

15.1. A presente contratação justifica-se pela mudança da sede da Defensoria Pública da União, o que exige a celebração de um novo contrato de adesão para assegurar a continuidade dos serviços essenciais. O fornecimento de água potável e o tratamento de esgoto são fundamentais para a saúde e bem-estar, sendo imprescindíveis para a segurança sanitária e o pleno funcionamento da unidade.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

VANESSA MARCAL VAUCHER

Secretária de Planejamento, Logística e Contratos



Assinou eletronicamente em 10/09/2025 às 16:14:57.

TATIANA SOUZA NETO

Coordenadora de Dispensa de Licitação e Inexigibilidade



Assinou eletronicamente em 10/09/2025 às 16:46:31.

		TABELA DE TARIFA - VIGÊNCIA DE 01/06/2025 À 31/05/2026								
TARIFA MENSAL										
RESIDENCIAL PADRÃO										
Faixa m3		Tarifa Fixa anterior	Tarifa fixa com reajuste	Variação	Volume da Faixa	Alíquota anterior	Alíquota atual	Variação	Valor da faixa anteior	Valor da faixa atual
1	0 a 7	R\$ 10,18	R\$ 11,18	9,86%	7	R\$ 3,76	R\$ 4,13	9,86%	R\$ 26,32	R\$ 28,91
2	8 a 13				6	R\$ 4,51	R\$ 4,96	9,86%	R\$ 27,06	R\$ 29,76
3	14 a 20				7	R\$ 8,94	R\$ 9,82	9,86%	R\$ 62,58	R\$ 68,74
4	21 a 30				10	R\$ 12,97	R\$ 14,25	9,86%	R\$ 129,70	R\$ 142,50
5	31 a 45				15	R\$ 19,45	R\$ 21,37	9,86%	R\$ 291,75	R\$ 320,55
6	Acima de 45					R\$ 25,28	R\$ 27,77	9,86%		
RESIDENCIAL SOCIAL										
Faixa m3		Tarifa Fixa anterior	Tarifa fixa com reajuste	Variação	Volume da Faixa	Alíquota anterior	Alíquota atual	Variação	Valor da faixa anteior	Valor da faixa atual
1	0 a 7	R\$ 5,09	R\$ 5,59	9,86%	7	R\$ 1,88	R\$ 2,07	9,86%	R\$ 13,16	R\$ 14,49
2	8 a 13				6	R\$ 2,26	R\$ 2,48	9,86%	R\$ 13,56	R\$ 14,88
3	14 a 20				7	R\$ 4,48	R\$ 4,92	9,86%	R\$ 31,36	R\$ 34,44
4	21 a 30				10	R\$ 6,48	R\$ 7,12	9,86%	R\$ 64,80	R\$ 71,20
5	31 a 45				15	R\$ 19,45	R\$ 21,37	9,86%	R\$ 291,75	R\$ 320,55
6	Acima de 45					R\$ 25,28	R\$ 27,77	9,86%		
COMERCIAL, INDUSTRIAL E PÚBLICA										
Faixa m3		Tarifa Fixa anterior	Tarifa fixa com reajuste	Variação	Volume da Faixa	Alíquota anterior	Alíquota atual	Variação	Valor da faixa anteior	Valor da faixa atual
1	0 a 4	R\$ 26,71	R\$ 29,34	9,86%	4	R\$ 7,76	R\$ 8,53	9,86%	R\$ 31,04	R\$ 34,12
2	5 a 7				3	R\$ 9,70	R\$ 10,66	9,86%	R\$ 29,10	R\$ 31,98
3	8 a 10				3	R\$ 12,52	R\$ 13,75	9,86%	R\$ 37,56	R\$ 41,25
4	11 a 40				30	R\$ 15,52	R\$ 17,05	9,86%	R\$ 465,60	R\$ 511,50
5	Acima de 40					R\$ 18,31	R\$ 20,12	9,86%		
TARIFA PAISAGISMO										
Faixa m3		Tarifa Fixa anterior	Tarifa fixa com reajuste	Variação	Volume da Faixa	Alíquota anterior	Alíquota atual	Variação	Valor da faixa anteior	Valor da faixa atual
1	0 a 4	R\$ 40,07	R\$ 44,02	9,86%	4	R\$ 11,64	R\$ 12,79	9,86%	R\$ 46,56	R\$ 51,16
2	5 a 7				3	R\$ 14,55	R\$ 15,98	9,86%	R\$ 43,65	R\$ 47,94
3	8 a 10				3	R\$ 18,77	R\$ 20,62	9,86%	R\$ 56,31	R\$ 61,86
4	11 a 40				30	R\$ 23,27	R\$ 25,56	9,86%	R\$ 698,10	R\$ 766,80
5	Acima de 40					R\$ 27,46	R\$ 30,17	9,86%		

TARIFA ALTERADA PELA RESOLUÇÃO ADASA Nº 53/2025 PUBLICADA NO DODF EM 28/04/2025

ANEXO II - TERMO DE CONFIDENCIALIDADE

A _____, doravante designada simplesmente EMPRESA, inscrita no CNPJ/MF sob o número _____, com sede em _____, neste ato representada pelo Senhor (a) _____, portador (a) da Carteira de Identidade n.º _____, expedida pela (o) _____ e do Cadastro da Pessoa Física, CPF/MF sob o n.º _____, conforme documentação comprobatória de vínculo anexo, compromete-se a observar o presente TERMO DE CONFIDENCIALIDADE, em conformidade com as cláusulas que seguem:

1. O objetivo deste Termo de Confidencialidade é prover a necessária e adequada proteção às informações de acesso restrito de propriedade exclusiva da DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO, reveladas à EMPRESA, em função de possível prestação de serviços a serem realizados;
2. A expressão “informações de acesso restrito” abrangerá toda informação escrita, oral ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, contendo ela ou não rótulo de classificação quanto ao sigilo, podendo incluir, mas não se limitando a: técnicas, projetos, especificações, desenhos, cópias, diagramas, fórmulas, modelos, amostras, fluxogramas, croquis, fotografias, plantas, programas de computador, discos, disquetes, pen drives, fitas, contratos, planos de negócios, processos, projetos, conceitos de produto, especificações, amostras de ideia, clientes, nomes de revendedores e/ou distribuidores, preços e custos, definições e informações mercadológicas, invenções e ideias, outras informações técnicas, financeiras ou comerciais, entre outros, a que, diretamente ou por meio de seus empregados, prepostos ou prestadores de serviço, venham a EMPRESA ter acesso em razão de possível prestação de serviços a serem realizados;
3. A EMPRESA compromete-se a não reproduzir nem dar conhecimento a terceiros, sem a anuência formal e expressa da DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO, das informações de acesso restrito reveladas;
4. A EMPRESA compromete-se a não utilizar de forma diversa da prevista neste Termo as informações de acesso restrito reveladas;
5. A EMPRESA deverá cuidar para que as informações reveladas fiquem limitadas ao conhecimento próprio;

6. A EMPRESA determinará a observância deste Termo de Confidencialidade a todos os seus empregados, prepostos e prestadores de serviço que estejam diretas ou indiretamente envolvidos com a possível prestação de serviço, ficando ainda responsável pela fiscalização do cumprimento das condições constantes no instrumento firmado;
7. Os empregados, prepostos e prestadores de serviço da EMPRESA que terão acesso às informações da DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO deverão ser imputáveis perante a lei;
8. A EMPRESA obriga-se a informar imediatamente à DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO, por escrito e no prazo máximo de 24 horas, contados a partir da data e horário da ocorrência do incidente, qualquer violação das regras de sigilo estabelecidas neste termo de que tenha tomado conhecimento ou ocorrido por sua ação, ou omissão, independentemente da existência de dolo;
9. A EMPRESA devolverá imediatamente à DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO, ao término da possível realização dos serviços, todo e qualquer material de propriedade desta, inclusive registro de documentos de qualquer natureza que tenham sido criados, usados ou mantidos sob seu controle, ou posse, bem como de seus empregados, prepostos ou prestadores de serviço, assumindo o compromisso de não utilizar qualquer informação considerada de acesso restrito, nos termos do presente Termo de Confidencialidade, a que teve acesso em decorrência de possível prestação de serviços com a DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO;
10. A EMPRESA estará sujeita, em caso de quebra do sigilo das informações de acesso restrito reveladas, devidamente comprovada, sem autorização expressa da DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO, por ação ou omissão, de eventuais sanções definidas em Lei aplicável ao caso, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pela DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO, inclusive os de ordem moral, bem como as de responsabilidades civil e criminal respectivas, as quais serão apuradas em regular processo judicial ou administrativo;
11. Tendo em vista o princípio da boa-fé objetiva, permanece em vigor o dever de sigilo, tratado no presente Termo de Confidencialidade, após o término da possível prestação do serviço. Ademais, a EMPRESA ao ter pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assume total responsabilidade por este fato e de que não utilizará deste para quaisquer divulgações futuras;
12. O presente Termo tem natureza irrevogável e irretratável, permanecendo em vigor desde a data de acesso às informações de acesso restrito da DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO.

Por estar de acordo, a EMPRESA, por meio de seu representante legal, firma o presente Termo de Confidencialidade, lavrando em duas vias de igual teor e forma.

Brasília-DF, ____ de ____ de ____.

<REPRESENTANTE DA EMPRESA>

<Vínculo do representante com a EMPRESA>

RG: _____ CPF: _____

DE ACORDO: (Integrantes da equipe técnica da EMPRESA)

Nome:

RG: _____ CPF: _____

**ANEXO III - MODELO DA DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA COM AS NORMAS
DO TERMO DE REFERÊNCIA**

Processo n.º 08038.007084/2025-53

Declaro que estou ciente e concordo com as condições contidas no Termo de Referência e seus anexos, bem como de que cumpro plenamente os requisitos de habilitação definidos no Termo de Referência, referentes a presente DISPENSA ELETRÔNICA da UASG 290002 - DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO.

CNPJ: _____

EMPRESA: _____

XXXX, XX de XXXX de 2025.

(nome e número da identidade do declarante)

ANEXO IV- MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO ART. 7º, INCISO XXXIII, CF/88 E ART. 68, INCISO VI DA LEI Nº 14.133, DE 1 DE ABR

_____ (nome da empresa), inscrita no CNPJ n.º _____, sediada _____ (endereço completo), por intermédio de seu representante legal, _____, portador da carteira de identidade n.º: _____ e do CPF n.º: _____, DECLARA, para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da lei 14.133, de 1 de abril de 2021, acrescido pelo art. 7º, XXXIII, Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menores de 16 (dezesesseis) anos, em qualquer trabalho, exceto na condição de aprendiz a partir de 14 (catorze) anos de idade.

Ressalva: emprega menor, a partir de catorze anos, na condição de aprendiz. ()

Cidade – (UF), de de 20XX.

(nome e número da identidade do declarante)

(nome e número do R.G. do declarante)

**ANEXO V - MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS
IMPEDITIVOS DA HABILITAÇÃO**

_____ (razão social da empresa), inscrita no CNPJ nº:
_____, sediada _____ (endereço
completo), por intermédio de seu representante legal, _____,
portador da carteira de identidade nº: _____ e do CPF nº: _____, para os
fins de habilitação no processo n.º 08038.007084/2025-53, DECLARA expressamente que, até a
presente data, inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação no presente processo de contratação,
estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Cidade – (UF), de _____ de 20XX.

(nome e número da identidade do declarante)